

ATA DA 56ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos dez dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, em ambiente web, por meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros: **representantes da sociedade civil:** Ana Ludvig, representante titular (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Maria Del Carmen, representante titular (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Maria Lúcia Haygert, representante suplente (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Ricardo Maes, representante suplente (Central Única dos Trabalhadores - CUT-SC), Isadora Conversano, representante titular (Cáritas Brasileira), Nasser Haidar Barbosa representante titular (CDH Maria da Graça Braz), Celina Rinaldi, representante titular (Instituto Gentes de Direitos – IGENTES), e **representantes governamentais:** Cláudio Gama, representante titular (Secretaria da Casa Civil – SCC), Fernanda Zimmerman (Secretaria de Estado da Educação – SED), Fabiana Lopes Ribeiro (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDE), Josiane Melo da Rosa (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP) e Elias Romão (Instituto do Meio Ambiente – IMA) e **como convidados (as):** a senhora Erli Aparecida Camargo, ex-conselheira e representante do Fórum de Mulheres do Mercosul (FMM). **A plenária é aberta (1)** pela vice-presidente Senhora Celina Duarte Rinaldi (IGENTES) que cumprimentou a todos (as) e mencionou que especificamente esta reunião seria presidida pela mesma, devido ao presidente Fabrício estar passando por problemas pessoais. Em seguida indagou a Secretária do conselho se havia quórum, **levantamento do quórum (2)**. A Secretária afirmou ter quórum. Na sequência solicitou que fosse feita a **leitura da ordem do dia (3)** para aprovação e/ou considerações, sendo **aprovada por unanimidade**. Dando continuidade, a vice-presidente propôs que fosse feita a leitura das **justificativas de ausências (4)**. A Secretária apresentou a justificativa da conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) e do conselheiro Maicon de Medeiros (SDS), ambas aprovadas. Neste momento foi adiantado o **ponto (9) de pauta** que seria a **aprovação da Ata da 55ª Reunião Plenária Ordinária** do CEDH. Aprovada por unanimidade, a vice-presidente elogiou o trabalho da Secretária do Conselho que fez um registro completo da fala da professora Maria Lúcia (IMDH-UFSC) na Ata em referência. Dando prosseguimento, foi iniciado o **ponto (7), devolutiva das ações da última plenária**. A Secretária do Conselho fez um breve relato das últimas ações: a **primeira** delas quanto à abertura de processo **SDS nº 305/2022**, protocolado **Ofício nº 03/SDS/DIDH/CEDH** questionando a Polícia Militar de Santa Catarina sobre os critérios utilizados para escolha das comunidades nos treinamentos de seu efetivo operacional, a carga estava com o Coronel Fraga, Subcomandante Geral da PMSC e, a **segunda ação** foi quanto ao primeiro contato com a Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP) com algumas entidades para tratar acerca de possíveis violações de Direitos Humanos nas Unidades Prisionais de Florianópolis, a Secretária mencionou ter encaminhado e-mail ao gabinete daquela Secretaria solicitando maiores informações. A Secretária neste instante pediu licença para comunicar a justificativa da conselheira Vera Vargas (FMM), apresentada no grupo do CEDH. A vice-presidente Celina (IGENTES) mencionou que a Recomendação elaborada pelo IGENTES estaria em processo de construção e na próxima plenária será apresentada ao pleno. Na sequência foi introduzido o **ponto (5) de pauta momento de reflexão com a ex-conselheira Erli Camargo em alusão ao dia internacional da Mulher, com tema: Combate a todo tipo de violência contra a Mulher**. A convidada senhora Erli Camargo (FMM) agradeceu o convite e

55 expressou a ter ficado surpresa quando a Secretaria entrou em contato para
56 convidá-la em nome do Conselho. Erli Camargo (FMM) mencionou ser importante
57 sempre refletir sobre os diferentes tipos de violências porque muitas mulheres não
58 conseguem identificá-las. Começou pela *violência simbólica*, citando o sociólogo
59 francês Pierre Bourdieu, que trata do tema de uma forma bem simples, como um
60 tipo de violência que não está no aspecto físico, mas voltada para danos morais e
61 danos a alma da mulher e em se tratando, neste caso, de violência de gênero,
62 não se escolhe raça ou classe social. Ainda neste contexto, a convidada citou
63 como exemplo a *violência psicológica* sofrida dentro da família, nos namoros,
64 dentro das instituições, das empresas, por exemplo a chamada *violência sexual* e
65 nos diferentes espaços onde a mulher transita. A ex-conselheira chamou a
66 atenção ao proceder governamental atual, em especial ao governo federal que,
67 de acordo com a mesma: *“trouxe falas contrárias ao que se vem construindo ao
68 longo de décadas, em favor do combate à violência contra as mulheres”*.
69 Continuou sua narrativa dizendo que a violência não identificada pelas mulheres
70 do ponto de vista institucional, além da violência policial, existe também a
71 violência cometida por médicos dentro do contexto dos hospitais públicos. Neste
72 instante devido a problemas técnicos o momento de fala da convidada Erli
73 Camargo (FMM) foi interrompido e antecipado o **ponto de pauta (10) Informes
74 acerca do andamento dos trabalhos das Comissões: Comunicação, LGBTI e
75 Monitoramento** até o seu retorno. O conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da
76 Graça Braz) comentou sobre a reunião da Comissão de Comunicação, com
77 participação do próprio Nasser, da conselheira Lúcia (IMDH) e do ex-conselheiro
78 Alexandre Gastaldi (Acontece) e relatou a necessidade de receber
79 pessoas/conselheiros para auxiliar nos trabalhos. Continuou dizendo ser
80 necessário esclarecer quais as funções e expectativas quanto a esta Comissão
81 em específico. A conselheira Lúcia (IMDH) relatou que está repostando os
82 materiais do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e pediu para que
83 os próprios conselheiros curtissem a página do CEDH. O conselheiro Cláudio
84 Gama (SCC) mencionou as publicações previstas em lei: as revistas mensais e o
85 boletim informativo, e indagou ao conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da
86 Graça Braz) se teve algum encaminhamento em relação a este assunto. Nasser
87 Haidar (CDH Maria da Graça Braz) reiterou sua fala dizendo que exatamente por
88 isso precisa ser esclarecido as expectativas do CEDH quanto aos trabalhos da
89 Comissão, que não conseguiria contribuir dependendo do volume das demandas
90 esperadas. A vice-presidente interveio dizendo que essa seria uma discussão
91 para outro momento porque nesta reunião seriam repassados apenas os informes
92 da reunião das Comissões que conseguiram se reunir. Celina Rinaldi (IGENTES)
93 chamou todos a assumir seu papel de conselheiros/as. A professora Maria Del
94 Carmen (IMDH) comentou que não necessariamente quem posta deve assumir a
95 responsabilidade de escrever o texto, embora geralmente a responsabilidade
96 recaia sobre quem posta e, sugeriu que à Comissão coubesse a divulgação. A
97 conselheira propôs que as postagens tivessem apenas um parágrafo.
98 **Retomando o ponto (5)** a convidada Erli Camargo (FMM) mencionou que do
99 ponto de vista de violências simbólicas, nos dias atuais, esta seria a mais
100 vivenciada do que os outros tipos de violências e em sua opinião, não se
101 extinguirá com o fim do atual governo uma vez que estaria sendo introjetada de
102 forma mais contundente na sociedade. Nos casos da violência doméstica, a
103 convidada citou como um grande problema a não garantia da efetividade da
104 medida protetiva uma vez que que o estado não tem o aparato suficiente para dar
105 efetividade a este dispositivo legal de proteção a mulher. Dentre os diversificados
106 tipos de violência doméstica, Erli (FMM) citou como as principais: a violência
107 psicológica e a patrimonial, esta última relacionada ao desemprego, sua
108 profissão, suas escolhas. Segundo a ex-conselheira Erli Camargo (FMM), o tema
109 da violência contra a mulher deveria estar inserido no Plano Estadual de Direitos

110 Humanos, como um capítulo especial porque deve ser refletido desde o ponto de
111 vista da segurança dos direitos fundamentais e da dignidade da mulher. A
112 convidada comentou que para que se efetivem as ações de combate às violências
113 contra as mulheres, somente será possível nos Centros de Referência de
114 Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência
115 Social (CREAS), a equipe de referência nos municípios menores, equipe
116 multidisciplinar dentro dos hospitais, equipe dentro das escolas, que estão
117 implementando o NEPRE – Núcleo de Apoio e de Atenção às questões da
118 educação contra a violência, dentro das universidades e demais órgãos seja
119 discutido sobre o tema, e ressaltou que a violência está presente em todos os
120 lugares. Por fim, a ex-conselheira Erli (FMM) explicou que quando se fala em
121 respeito ao corpo, independentemente do tipo de corpo, esse assunto se refere a
122 Direitos Humanos, a dignidade da pessoa humana e aos direitos fundamentais da
123 mulher. Complementou explicando que, ao se orientar uma mulher, para que esta
124 possa usufruir de seu direito de denunciar uma violência, que exija ser respeitada
125 também nos espaços onde irá fazer a denúncia. Concluiu sua narrativa ao mandar
126 um recado aos homens a favor do combate à violência contra a mulher, para que
127 mantivessem uma postura não violenta uma vez que a mulher possui, devido a
128 sua condição física, característica que a vulnerabiliza, para que desta forma não
129 seja ainda mais vulnerabilizada em seu estado psicológico e/ou demais
130 problemas por conta de atitudes machistas. Erli (FMM) salientou que a lei por si só
131 e os mecanismos disponíveis não conseguem sozinhos dar conta das punições. A
132 convidada ressaltou a importância do apoio dos homens e de toda a rede para
133 evitar o feminicídio. Erli (FMM) expressou toda a sua satisfação em contribuir e
134 lembrou que na gestão anterior a esta houve uma proposta de criação de uma
135 Comissão extraordinária dentro do CEDH formada por homens para enfrentar a
136 violência contra a mulher e sugeriu o resgate desta Comissão. A vice-presidente
137 agradeceu a disponibilidade da Erli, assim como da informação repassada e sua
138 importância. O conselheiro Cláudio (SCC) complementou a fala da convidada Erli
139 Camargo (FMM) com informe acerca de sugestão recente do Tribunal de Contas
140 do Estado de Santa Catarina (TCE-SC) para que o estado crie a *polícia de gênero*,
141 que, de acordo com o conselheiro estaria funcionando em outro estado. A vice-
142 presidente Celina (IGENTES) solicitou ao conselheiro que o parecer fosse
143 compartilhado no grupo para estudo. Neste momento a secretária do conselho
144 pediu a palavra para justificar a ausência da convidada vereadora Carla Ayres,
145 que teve atraso em seu voo e por conta disso não pode estar presente
146 virtualmente. A vice-presidente Celina (IGENTE) lamentou a ausência da
147 vereadora por se tratar de um tema muito relevante, mas que em haveria outra
148 oportunidade. Por fim, Celina (IGENTES) agradeceu novamente a convidada
149 senhora Erli Camargo (FMM) e a convidou-a a permanecer. A convidada
150 agradeceu, mas precisava se ausentar. A palavra foi repassada novamente ao
151 conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) que mencionou a revista e
152 o boletim, sugeridos pelo conselheiro Cláudio Gama (SCC) como não
153 estratégicos, em seu ponto de vista. Continuou dizendo que todo esse esforço
154 com a elaboração desse material poderia ser canalizado em outras atividades, e
155 citou como exemplo a Comissão mencionada pela ex-conselheira Erli Camargo
156 (FMM). O conselheiro relatou que a Comissão estava precisando de mais
157 pessoas para os andamentos das atividades demandadas e reforçou a fala da
158 conselheira Maria Del Carmen (IMDH) que as pessoas que participaram da ação
159 repassassem texto de um parágrafo para a Comissão. A vice-presidente chamou
160 a atenção para que os próprios conselheiros curtissem as publicações do CEDH
161 nas redes sociais e pediu para que todos participem para o fortalecimento das
162 Comissões. A conselheira Lúcia (IMDH) relatou ter entrado na Comissão de
163 Comunicação para ativá-la porque não estava conseguindo se reunir, porém não
164 conseguiria assumir mais esta responsabilidade, podendo apenas ajudar. A

165 conselheira mencionou que estava como membro da Comissão de Políticas
166 Públicas e Formação e provocou os demais conselheiros a assumirem suas
167 responsabilidades. O conselheiro Cláudio Gama (SCC) pediu para que os nomes
168 fossem encaminhados à Mesa Diretora para as devidas providências. A vice-
169 presidente pediu para que a **Secretária do CEDH compartilhasse no grupo as**
170 **peças que não estão participando de nenhuma Comissão.** O conselheiro
171 Ricardo Maes (CUT-SC) informou que este tema teria sido exaustivamente
172 discutido na Comissão de Legislação e Normas, onde o entendimento da
173 Comissão seria colocar todas as atribuições dos conselheiros no Regimento
174 Interno, porém não foi possível de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral
175 do Estado. A professora Maria (IMDH) explicou que uma norma inferior pode ter
176 maiores exigências que uma, superior. Celina (IGENTES) lembrou que as
177 Comissões poderiam ter pessoas convidadas externas ao Conselho. Neste
178 momento fez uso da palavra a conselheira Lúcia (IMDH) para dar os informes
179 quanto a Comissão de Políticas Públicas. A conselheira informou que no início de
180 seus trabalhos a perspectiva da Comissão era o Plano Estadual de Direitos
181 Humanos, e explicou que as mesorregiões foram divididas entre os seus
182 membros, porém mencionou a dificuldade de **acesso ao vídeo da Mesorregião**
183 **de Criciúma**, o qual foi invadido. Continuou seu relato sugerindo que a
184 **Secretária do Conselho fizesse o pedido de liberação aos técnicos da SDS.**
185 Prosseguiu seu relato explicando que foi estipulado prazo até o dia 18/03/2022
186 para que os membros apresentassem os pontos levantados em cada região,
187 após, serão analisados os pontos em comum e feito uma sistematização, que
188 será levada a próxima plenária. Após a apresentação a Comissão irá montar um
189 texto-base do Plano que será levado à “Conferência” para ser aprovado,
190 modificado ou acrescentado, com previsão de entrega até Junho de 2022. O
191 segundo informe foi referente a formação feita no início de cada plenária, com a
192 proposta de aprofundamento de temas das regionais para serem submetidos a
193 plenária para aprovação: reforma trabalhista, retiradas das crianças das famílias,
194 acesso à justiça e uso da cidade. Por fim, a conselheira relatou que havia uma
195 dúvida da Comissão se existia ou não um levantamento de Conselhos Municipais
196 de Direitos Humanos no Estado, a partir disso foi perguntado a Secretária do
197 Conselho se existia esse levantamento, a Secretária informou que não havia e
198 sugeriu que fosse solicitado a gerência. A conselheira Lúcia (IMDH) propôs que
199 fosse feita uma recomendação a pasta para solicitar essa informação aos
200 municípios e a partir de seu resultado fazer uma recomendação para os
201 municípios que não possuem um Conselho Municipal de Direitos Humanos. A
202 vice-presidente Celina (IGENTES) propôs acrescentar o tema: segurança cidadã
203 e em acesso à justiça, justiça gratuita. Os temas foram aprovados por
204 unanimidade. A conselheira Maria Del Carmen (IMDH) comentou que
205 recentemente orientou uma tese relacionada ao assunto que teria um nome a
206 indicar. A conselheira Lúcia (IMDH) sugeriu que os nomes indicados fossem
207 encaminhados a Secretária do Conselho que levaria ao conhecimento da
208 Comissão e faria o convite. Dando continuidade ao ponto, a palavra foi passada
209 para a Secretária que mencionou ter havido algumas tentativas de reunião por
210 parte da Comissão LGBTI e quanto a Comissão de Monitoramento nenhum
211 movimento havia sido feito. **Encaminhamento: Solicitar formalmente a**
212 **Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos (GEMDH) sobre os**
213 **Conselhos Municipais e recomendar que seja feito levantamento.** Dando
214 continuidade a reunião foi iniciado o **ponto (8)** de pauta sobre **apoio ao Relatório**
215 **de Revisão Periódica Universal Brasil 2022 elaborado pelo IMDH e parcerias,**
216 **a ser encaminhado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU para avaliar o**
217 **status das recomendações feitas ao Brasil em sua última avaliação** proposto
218 pela professora Juliana Viggiano (IMDH). A professora se apresentou e iniciou
219 sua fala explicando sobre o relatório que o Instituto Coletivo Voz Materna, do Rio

220 Grande do Sul, por organização do Instituto de Desenvolvimento e Direitos
221 Humanos (IDDH) de Joinville, elaborou para ser enviado a Comissão de Direitos
222 Humanos das Organizações das Nações Unidas (ONU) porque este ano o Brasil
223 será avaliado novamente. Essa avaliação, de acordo com a explicação da
224 professora Juliana (IMDH) é feita com base no Relatório Oficial do Estado, feito
225 pelas organizações da própria ONU, que enviam informações sobre a situação de
226 Direitos Humanos e o relatório compilado pela ONU a partir de relatórios enviados
227 pela sociedade civil. O IDDH organizou as entidades que tinham interesse em
228 participar e dividiu por regiões. A professora explicou que quanto mais apoio das
229 entidades maior peso teria o documento. A convidada expôs que o relatório havia
230 ficado direcionado para questões da violência institucional, outra parte a questões
231 da violência de gênero e, a violência de forças de segurança do estado. A
232 professora pediu que cada membro compartilhasse com suas respectivas
233 entidades solicitando apoio, estipulou prazo para encaminhamento de
234 informações que seriam: nome completo da organização e logo. A vice-presidente
235 Celina (IGENTES) indagou se o relatório era em nível de país. A professora
236 respondeu que o relatório foi centrado na região sul. A professora levantou uma
237 dúvida quanto a adesão do CEDH por ter representação mista. Após exaustivo
238 debate sobre essa questão o pleno chegou à conclusão de que poderia apoiar
239 pela sua característica e dever de fiscalização e cobrança. O conselheiro Cláudio
240 Gama (SCC) se posicionou a favor e que, em situação de conflito de interesses, o
241 membro pode se abster de votar. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH) falou da
242 importância do CEDH tomar conhecimento do relatório, o que foi ou não
243 cumprido, bem como as recomendações da Comissão da ONU, que dizem
244 respeito à Santa Catarina, inclusive para a elaboração do Plano Estadual e para
245 ser cobrado o que não foi cumprido. A votação a favor foi **unânime**. Finalizando a
246 reunião foi introduzido o **ponto (11) da pauta, informes gerais**. A vice-presidente
247 Celina (IGENTES) pediu para que a defensora Ana Paula (NUCIDH/DPESC)
248 fizesse um informe acerca da situação da Universidade de São José (USJ) e na
249 sequência abriu a palavra para informes gerais. A defensora relatou que a
250 DPESC vem acompanhando sobre o encerramento da Universidade de São José
251 (USJ) desde que houve a manifestação pelo município e quando a defensoria
252 percebeu que não haveria mais a possibilidade de acordo e obtidas todas as
253 informações necessárias foi ajuizada uma Ação Civil Pública (ACP) pedindo a
254 manutenção das atividades do Centro Universitário. A defensora explicou que em
255 1º grau o juiz concedeu o pedido de liminar, porém no Tribunal de Justiça (TJSC),
256 foi determinado que houvesse a matrícula dos alunos para o 1º semestre de 2022,
257 o prosseguimento normal das atividades do Centro Universitário até que
258 houvesse o trâmite processual necessário para esclarecer os pontos levantados
259 na Ação. Continuou seu relato dizendo que semanas depois o município de São
260 José recorreu desta decisão junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde foi
261 feito um pedido de suspensão da liminar justificando que não haveria
262 possibilidade de custeio nesse 1º semestre e demais alegações que a defensoria
263 não concorda, em liminar foi concedida essa suspensão da decisão liminar do
264 TJSC. No cenário atual, de acordo com a defensora, os alunos foram transferidos
265 para outras instituições de ensino privado, os professores tiveram seus contratos
266 rescindidos, porém existe um recurso que aguarda análise no STJ. A defensora
267 ressaltou que a decisão do STJ é mutável e a discussão continuará tramitando.
268 Concluiu informando que o descredenciamento ainda não foi formalizado junto ao
269 Conselho Estadual de Educação e se colocou à disposição. A vice-presidente
270 indagou a defensora sobre o **fornecimento de energia elétrica nas**
271 **comunidades vulneráveis**, se havia alguma Ação ajuizada. A defensora
272 respondeu que existem algumas ações movidas pelo Ministério Público de Santa
273 Catarina (MPSC) para que haja um condicionamento do fornecimento do serviço
274 a apresentação de alvará de construção e habite-se. Porém no entendimento da

275 DPESC essas ações são bastante graves porque havendo decisões neste sentido
276 irá resultar que as pessoas de baixa renda, que vivem em áreas irregulares
277 jamais consigam seu serviço garantido. A defensora disse que “o estado não
278 garante direito a moradia, à regularização fundiária, a moradias regulares, não
279 garante o direito a assistência técnica por meio de arquitetos e engenheiros para
280 regularizar sem custos essas moradias e a população acaba sendo penalizada”. A
281 defensora explicou que a DPESC atua como *custos vulnerabilis*, que é a figura
282 que atua na defesa de grupos vulneráveis, se manifestando contrária. Continuou
283 seu relato dizendo que existem algumas decisões liminares favoráveis, mas, que
284 excluem a população de baixa renda daquelas condições com base na Resolução
285 da Agência Nacional de Energia elétrica – ANEEL que permitem que haja
286 ligações provisórias em loteamentos em áreas irregulares até a regularização da
287 área, sendo um dos condicionamentos da ANEEL que haja concordância do
288 município o que nem sempre acontece. O Tribunal tem entendimento majoritário
289 que quando se trata de uma área consolidada, independentemente se irregular ou
290 não, ambiental ou não, é possível o fornecimento de energia. Concluiu resumindo
291 a situação no estado como não pacífica, e ainda em juízo. O conselheiro Cláudio
292 (SCC) comentou que participou de reunião na SCC sobre a promulgação pelo
293 Congresso Nacional do direito a proteção de dados que se tornou direito
294 fundamental e sugeriu este ser um ponto de pauta. Cláudio (SCC) mencionou
295 punições e a existência de uma agência de uma agência reguladora que notifica
296 os órgãos sobre supostas violações. O conselheiro sugeriu entrar em contato com
297 a agência reguladora para que o CEDH tenha conhecimento por se tratar de um
298 direito fundamental. Neste momento a secretária do conselho lembrou que o
299 conselheiro Maicon (SDS) teria um informe a fazer quanto à tentativa de reunião
300 com o disque 100. A conselheira Maria Del Carmen (IMDH) informou que se
301 houve a reunião tem conhecimento de que foi apresentado um novo sistema, um
302 novo fluxo e que será instalada uma nova dinâmica. O último ponto levantado foi
303 quanto à próxima plenária do dia 14/04 ser em dia de ponto facultativo, a
304 Secretária disse que iria verificar a agenda da SDS. A vice-presidente sugeriu que
305 fosse naquela mesma semana. Nada mais havendo a tratar, Celina (IGENTES)
306 agradeceu a presença de todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela
307 Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Fabrício,
308 presidente do CEDH/SC assinamos.